

A Circulação de informação científica no Segundo Reinado por Antonio Vieira dos Santos: “Fitologia das riquíssimas mattas e madeiras preciosas da Flora Brazillense” no Município de Paranaguá (1850)

Andriély da Veiga Costa*

Prof. Dra. Eulália Maria A. de Moraes*

Resumo: No processo de colonização o explorador/colonizador foi indispensável para um reconhecimento militar cujo objetivo era dar contornos a cartografia de um território em expansão; são, pois, investidos de uma missão que os torna representantes oficial do governo em terras desconhecidas e/ou distantes. Com o acenar da ciência, sua programação cognitiva cede lugar ao explorador/descobridor à frente de uma conquista intelectual. No século XVIII, os viajantes que vieram ao Novo Mundo, impulsionados pela expansão européia, encontraram uma realidade diferente das suas e as representavam através de relatos da natureza e dos nativos. Essas descrições eram feitas a partir de seus parâmetros culturais, logo tais produções possuíam a historicidade de quem as observava. A presente pesquisa objetiva analisar e refletir a população e a natureza de Paranaguá a partir de um discurso presente na obra de Antonio Vieira dos Santos *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá* (1850). Na obra encontramos o homem público, erudito que, afirma serem riquíssimas as produções da natureza que o grande *Architeto do Universo* fez ressurgir no terceiro dia de criação do mundo, quando separando as águas da terra mandou, que se produzissem as plantas e as sementes que se constituiriam a baía de Paranaguá. O estudo por ele realizado relata a memória dos lugares e da paisagem do litoral paranaense no século XIX, o que possibilita o conhecimento da identidade natural da região e quais recursos naturais foram identificados por esse cronista através de sua publicação, de que forma o autor compilou seus dados, e em decorrência disso refletir sobre seus apontamentos e como essa investigação da natureza transformou a paisagem natural em paisagem cultural. Por meio da descrição de sua obra é possível perceber que o autor, foi um homem instruído, pois seu relato aparenta ter um caráter relativamente progressista, procurando mostrar os benefícios que a transformação da natureza da Vila de Paranaguá podia proporcionar aos seus habitantes, ressaltando as riquezas naturais disponíveis e lhes atribuindo traços edênicos. A partir da descrição do autor, pode-se reconhecer os recursos naturais e ter uma noção do gênero de vida adotado na época, remetendo o leitor a uma ideia de progresso, onde a partir da intervenção do homem a natureza lhe proporcionaria conforto, logo em sua concepção, acreditava que sua obra era necessária para auxiliar os futuros leitores a fim de que se tornassem capazes de atingir os objetivos ligados ao seu desenvolvimento. Seus apontamentos estão em sintonia com o naturalismo cientificista do século XIX e buscam referências de nação.

Palavras-chave: Natureza; Ciência Moderna; Antonio Vieira dos Santos; Século XIX.

A presente pesquisa objetiva analisar e refletir a população e a natureza de Paranaguá, elencamos pois, a natureza física que compõem o meio ambiente do litoral paranaense, em específico a baía de Paranaguá, no período delimitado, primeira metade do século XIX, assim como o espaço urbano e social, tecendo assim a relação homem e natureza do período. Para tanto foi importante a análise da obra documental de Antonio Vieira dos Santos “Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá” (1850).

A “Memoria Histórica, Chronologica, Topográfica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá” de Antonio Vieira dos Santos é obra “lançada” em 1850. Depois de quase um século – em 1948 – tinha seus exemplares esgotados, decidiu-se, portanto por uma nova publicação respeitando a ortografia da escrita do autor o que foi feito em um Congresso Regional de História na comemoração alusivas ao Tricentenário de Paranaguá. Em 2001 o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá reeditou a obra de Antonio Vieira, desta vez comemorando os setenta anos de fundação do Instituto. Na presente edição, depois de trocas de opinião decidiu-se por “ortografia atual, a fim de facilitar a leitura pelos estudantes e pesquisadores, enfim leitores que passarão a dispor desta obra no vernáculo que hoje dispomos” (VIEIRA SANTOS; 2001, notas sobre a edição).

Antonio Vieira dos Santos nasceu na cidade do porto, na rua de Santo Antonio em 12 de dezembro de 1784. Aportou no Rio de Janeiro aos 13 anos, trabalhou como auxiliar de comércio, atividade que exerceu em Paranaguá, no ano de 1798 quando se radicou em terras do litoral do sul do Brasil. Em 1822 exercendo o mandato de vereador – Procurador da Câmara de Paranaguá – passou a defender a emancipação das terras, hoje paranaense. Em 1821 participou da 1ª eleição na Freguesia de Morretes. Em 1825 iniciou uma dedicação a cultura da erva-mate em Morretes. Atividade que empreendeu com estudos e pesquisas sobre o Litoral do Paraná “compilando a memória histórica, cronológica, topográfica e descritiva das três principais cidades desta região: Paranaguá (1850), Morretes (1851), e Antonina (1849)” (VIEIRA SANTOS; 2001, Introdução).

Foi um homem público, erudito que mostrou interesse pela ciência, estudando com dedicação astrologia e medicina, em sua pesquisa além de recorrer incansavelmente aos arquivos da Câmara na Comarca de Paranaguá consta no Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná (1994) que Vieira dos Santos “ouviu os antigos, colheu da tradição, o que era corrente, aproveitando-se da excelente memória da avó de sua esposa D. Euphrosina”. Na obra afirma serem riquíssimas as produções da natureza que o grande *Architeto do Universo* fez ressurgir no terceiro dia de criação do mundo, quando separando as águas da terra mandou, que se produzissem as plantas e as sementes que se constituiriam a baía de Paranaguá. Seus apontamentos estão em sintonia com o naturalismo cientificista do século XIX e buscam referências de nação.

A “Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá” (1850), caracteriza-se por ser um inventário documental de 1648 a 1711. Nela, o autor refere-se ao contexto político e social desde o período colonial e por esta razão é considerado em alguns momentos como um cronista oficial, em outros momentos como um eurista pelo seu trabalho de organização de arquivos de cartórios. Para David Carneiro, Antonio Vieira dos Santos apesar da vantagem de “estar conscientemente a escrever a história, confessa lealmente que se jogou a semelhante trabalho para cumprir determinações oficiais” (DAVID CARNEIRO; 1954). Em um segundo momento de seus apontamentos,

Antonio Vieira dos Santos detém-se em um trabalho de reconhecimento histórico geográfico de seu tempo, ou mais precisamente o contexto histórico do Segundo Reinado da Monarquia Portuguesa, no Brasil.

No documento que compõe a obra de Antonio Vieira dos Santos, mais especificamente no décimo capítulo, “Fitologia das riquíssimas mattas e madeiras preciosas da Flora Brazillense, Ervas medicinaes e outras produções vegetativas que se encontram no Solo dos recôncavos do Município de Paranaguá” avaliamos um erudito homem público ao firmar que: “(...) riquíssimas são as produções da natureza que o grande Architeto do Universo fes resurgir no 3º dia da criação do mundo, quando separando as agoas da terra mandou, que ella produzisse hervas, plantas, e sementes segundo a espécie de cada huma (...)” (VIEIRA SANTOS, 1850, v.1º, p.101). No discurso vemos o homem público, a serviço da monarquia.

Notou-se que a troca de relações entre o colonizador e o nativo, fez com que o explorador obtivesse mais conhecimentos sobre a natureza, este apontamento se dá, em razão do vocabulário usado por Vieira dos Santos, com um grande número de palavras de origem indígena. Segundo o Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná ao mudar-se para Curitiba Vieira dos Santos “teve o ensejo de entrar em contato com os índios Kaingangues e organizou um pequeno vocabulário da língua Kamé, falada pelos mesmos selvagens.” Assim como os escravos e os nativos além de falar sua língua de origem, aprendiam a língua do colonizador, o idioma português sofreu influência ao entrar em contato com outros povos, adotando palavras de origem africana, indígena, transformando o idioma falado na colônia portuguesa.

Com isso se percebe que os colonos, foram integrando ao seu vocabulário palavras africanas e indígenas, facilitando a comunicação que se mantinha, de maneira que, a língua ganhou um traço cultural, refletindo o cotidiano da colônia, onde o contato entre culturas diferentes proporcionava entre outros aspectos, modificações lingüísticas.

Vieira dos Santos dotou a natureza de significados pertinentes aos interesses sociais vigentes, demonstrando que através do trabalho o homem tornava-se capaz de domesticar a terra e por meio do conhecimento podia transformá-la a seu favor, e na medida em que conseguia neutralizar as intempéries naturais a paisagem era cada vez mais modificada e condicionada culturalmente, levando a sociedade ao progresso.

O homem pobre neste abençoado país possuindo unicamente uma espingarda para a caça silvestre e um anzol para sua pescaria, bem pode subsistir com o sustento vegetal que a natureza por toda parte lhe oferece no centro dessas matas; ali acharão madeira para fazerem suas habitações, a palha para as cobrir do tempo, o cipó, a embira, o tucum, o caraguatá e a taquara, uns para fazer atilho, outros para fiar e fazer cordeame. Linhas e redes de pescaria, cestos balaios para o uso de seus misteres. É portanto o solo do Município de Paranaguá igual a esse paraíso do Édem, que os poetas não pintam, ou outra nova terra da promessa que o Supremo Árbitro da natureza quis colocar no novo mundo e mostrar o grande poder de sua grandeza. (SANTOS, 1885, p. 113)

Conforme o relato de Vieira dos Santos se observa que, sua descrição é sistemática e permeada de valores culturais. Mencionou os acontecimentos que considerou mais importantes para serem lembrados procurando explicar a fauna e a flora racionalmente, sendo assim, é possível conhecer os modos de vida da sociedade e como ela se modifica ao alterar a natureza.

A sua visão da natureza na perspectiva de Vieira dos Santos era utilitária, cujos recursos naturais deviam ser explorados, produzindo assim mais riquezas para o Município de Paranaguá. Com isso o ato de subjugar a fauna e a flora permitia ao homem seu crescimento

socioeconômico; logo a terra que era considerada boa é aquela que podia ser cultivada, assim como as plantas e os animais eram classificados de acordo com os benefícios que podiam proporcionar, conforme o autor: “grande vantagem podia ter qualquer homem industrioso nas ciências químicas, minerológicas e manufatureiras se quisessem aproveitar suas fadigas em tantos recursos que a natureza oferece.” (SANTOS, 1885, p. 113)

Essa interpretação da natureza orientada pelo progresso, hierarquizava a fauna e a flora classificando-as conforme seus usos, por exemplo: citou madeiras que podem ser utilizadas pelo homem no campo militar, como também outras espécies que servem para construção civil, plantas de usos medicinais, e ainda aquelas ervas silvestres inúteis que eram consideradas nocivas.

No capítulo IV – “Descrição hidrográfica das grandes e formosas baías de Paranaguá, os rios que nelas deságuam em toda sua circunferência e os estabelecimentos de agricultura mais notáveis em suas paisagens”, Vieira dos Santos descreve as ilhas, Vilas, rios que cercam Paranaguá, em sua análise o autor exalta a fauna e a flora, as comparando com os soldados britânicos, e trata os povoadores vindos da Cananéia como se fossem os primeiros habitantes da região, corroborando a idéia de que a região não era ocupada por pessoas capazes de fazer com que o território se desenvolvesse, e, de certa forma, promovendo a imigração para o litoral paranaense.

E ao mencionar o contato entre os nativos e os colonizadores não demonstra nenhuma preocupação com a preservação da cultura indígena, pelo contrário, inferioriza os índios e coloca os imigrantes em uma posição salvacionista, no entanto, é interessante notar que o autor reconhece a pré-disposição indígena com relação à resistência.

Na verdade seria bem agradável aos primeiros povoadores vindos de Cananéia quando pela primeira vez entraram pela barra a dentro de tão formoso lago semeado de tantas ilhas e suas margens orladas de verdes mangais, circundadas de serranias e montanhas de diversas figurações e alturas, acobertadas de riquíssimos bosques e espessas matas, onde sobressaí o araiá, o cedro, a palmeira, a pindaíba e o indalá, onde cruzavam nos ares imensos turbilhões de papagaios, tucanos e periquitos, onde os exércitos formosíssimos guarás, vestidos de escarlate e quais soldados britânicos voavam em linha de batalha militarmente; onde o canto do pintassilgo, do canário, do bonito e sabiá, regozijavam os ouvidos, onde o trinado da araponga repicava o sino da alegria pela boa-vinda dos novos hóspedes, e onde finalmente centenas de índios carijó, estupefactos nas suas pequenas aldeias de que a baía estava povoada; e à porta de suas choupanas, ou dentro de pirogas de suas pescarias, admirados estavam vendo a entrada daqueles novos hóspedes, que os havia de senhorear, ensinando-lhes a educação, a civilidade, a religião, e a entrarem algum dia na ordem social das mais nações e talvez já estão meditando a maneira porque haviam de expulsar à força tais hóspedes estrangeiros, com algum assalto inesperado (VIEIRA SANTOS; 2001, p. 75).

Percebe-se também em seu estudo que a história natural esta intimamente ligada a história social, de maneira que, ao analisá-la é possível discutir de que modo a sociedade considerada civilizada interfere no meio ambiente de maneira intensa, ao modificá-lo conforme seu interesse, como por exemplo, ao transformar a paisagem através do desmatamento, da introdução de novas espécies, cujo os danos a natureza são muito maiores do que os causados pelos ameríndios. O autor ilustra esta questão ao mencionar o desenvolvimento da atividade agrícola, que pressupõe mudanças na paisagem natural, devido impacto humano, e por fim, compara esta região a um corpo humano pela sua perfeição, e a considera mais bela do que “aquela grande estátua de Nabucodonosor que um leve sopro a fez derribar em terra. Daniel, livro3º” (VIEIRA DOS SANTOS; 2011 p. 85).

Para Clive Ponting a expansão colonial europeia causou não só a devastação das florestas e prejudicando a fauna e a flora, como mudou as relações entre os povos ao redor do mundo. “depois de 1500, a expansão europeia desencadeou um processo de integração gradual das diferentes partes do mundo em um único sistema, criando uma economia mundial” (PONTING, 1995, p. 317).

Esta exploração devido à busca pelo desenvolvimento teve como efeito um esgotamento dos recursos naturais, e levou a decadência da cultura nativa, que antes produzia apenas para a subsistência, pois “não existe registro de qualquer recurso usado pelos diversos grupos indígenas fosse objeto de comércio ou troca em larga escala.” (DRUMMOND, 1997; p.44), sendo posteriormente subjugado.

Dessa maneira, os europeus se desenvolveram tendo como base suas colônias, que por sua vez, tornaram-se as nações terceiro-mundistas, ou emergentes. “Os países do Terceiro Mundo tornaram-se grandes produtores de safras e de matéria-prima para a Europa, mais do que fabricantes de produtos industriais – esse papel permaneceu quase que inteiramente restrito aos países europeus.” (PONTING; 1995, p. 317)

Estes colonizadores ao expropriarem os nativos de suas terras, ocupavam as melhores terras para as plantações e o trabalho que não era considerado digno era fadado aos escravos, tendo em vista que a colonização europeia teve como uma de suas medidas a escravidão. E ao escravizar outros povos os europeus acabavam por destruir suas culturas, causar suas mortes, em virtude, das péssimas condições de vida com que eram tratados, e esta situação foi repensada em 1883, quando a escravidão foi abolida no território britânico, entretanto, a escravidão era locomotiva que tornava a economia de muitas colônias dinâmicas.

Quando a escravidão foi abolida no século XIX, tornou-se necessária a busca de uma força de trabalho barata e segura, que pudesse ser mantida sob uma disciplina severa e geralmente em condições, com a finalidade de fornecer colheitas e outras fontes que os europeus desejavam de suas colônias (PONTING; 1995, p. 234).

Ao impor seu domínio sobre outras regiões, os europeus exploravam os recursos naturais disponíveis e a mão-de-obra ociosa, criando uma nova estrutura social, submetendo sociedades nativas às imposições política e econômicas. As colonizações tinham como finalidade oferecer produtos para os europeus, sendo latifundiária e escravocrata. Para Drummond (1997) os ameríndios também afetaram o meio ambiente ao reconhecer e utilizar os recursos disponíveis, logo ao identificar e considerar aquelas espécies que eram necessárias para a sua sobrevivência, e através da relação entre os nativos e o ambiente em que viviam passaram a organizar a fauna e a flora de acordo com sua visão do mundo, classificando os elementos que faziam parte do seu cotidiano.

Com sabemos o Homem necessita da natureza para sobreviver, mesmo por que este mesmo homem faz parte do seu entorno. “A crosta terrestre constitui o substrato de nosso ambiente físico, fonte dos recursos naturais da vida e berço da nossa evolução e civilização” (BIGARELLA; 2009, p. 356). Esta necessidade não é somente parte da sobrevivência natural; não é somente apenas para atender as suas necessidades básicas de subsistência, mas atende, também a toda uma necessidade cultural, construída a partir da relação deste homem com o meio ambiente ao seu redor. As sociedades humanas surgem em lugares geográficos distintos, naturezas diferenciadas e cada uma se utilizam dos recursos naturais que lhe estão disponíveis, da forma que mais lhe convêm, devido a suas necessidades e particularidades, desenvolvem, instituições, sistemas econômicos, técnicas agrícolas diferenciadas.

Mas até que ponto o meio ambiente interfere e condiciona as ações humanas? “Durante muito tempo o Homem lutou contra o meio ambiente para sobreviver”.

(BIGARELLA; 2009: 378). Para Ratzel “o homem é produto e escravo do meio em que vive”. (RATZEL apud DORFMUND; 1963, p. 15). Em Vidal de La Blache, encontramos a afirmativa de que este mesmo homem “é um agente modificador da natureza”. (LA BLACHE apud DORFMUND; 1963, p.15). Temos aqui duas linhas teóricas diferenciadas, que não devem ser ambas descartadas, mas sim analisadas. O homem, não é determinado pelo meio ambiente, como ficou evidente em Ratzel, mas a sua relação com a natureza o condiciona a tomar posturas diferentes, que fazem com que estes indivíduos explorem o meio ambiente de acordo com o que este meio lhes oferece, sendo então o homem o agente modificador da natureza, a partir do momento que este utiliza os seus recursos.

Um exemplo desta interação com o meio físico é a própria Baía de Paranaguá, cujos primeiros colonizadores do atual litoral Paranaense, fixam-se na terra através do entorno litorâneo e posteriormente modificam a paisagem ao seu redor, extraindo os recursos que ali existiam edificando suas habitações conforme o relevo que ali se encontra. Sendo assim o homem usufrui da natureza ao seu bel prazer, modificando a paisagem ao seu redor, conforme as suas necessidades,

O Homem ao interagir com a natureza pouco a pouco modifica a paisagem ao seu redor. A natureza da primeira metade do século XIX – que se encontrava na planície litorânea, do atual Estado do Paraná –, até o início do século XX não apresentava um efeito muito visível da ocupação humana. Os apontamentos de Auguste de Saint Hilaire, em 1810, quando visitou o litoral paranaense apresentam uma natureza, de certa forma, intocada, pelo homem conquistador/colonizador. Narra em sua obra a paisagem que ali se encontrava, com riqueza de detalhes.

Entre a serra de Paranaguá, segmento da cordilheira marítima, e o Atlântico, estende-se uma planície de 12 a 15 léguas de largura, extremamente regular, baixa e pantanosa, coberta de matas e cortada em toda a sua extensão por numerosos rios [...] que banham a planície lançando suas águas numa baía de forma muito irregular, pontilhada de ilhas e com várias enseadas. (SAINT-HILAIRE; 1995, p.148).

Encontrava-se, então, no litoral um ambiente repleto de recursos, que outrora até riquezas minerais, como o ouro, fora encontrado no leito de seus rios, conquanto os relatos dêem informes de que entre 1550 e 1560 iniciara-se a formação do primeiro núcleo habitacional, com famílias que viera de São Vicente e Cananéia, atraídas pelas notícias da descoberta de ouro nos rios que alcançavam a baía.

Segundo Ruy Wachowicz, Paranaguá desde 1554 já era bastante frequentada “por elementos vindos de São Vicente e de outros lugares, que mantinham certo comércio com os índios”; tratava-se de indivíduos que isoladamente formavam algumas bandeiras “preadoras” de índios carijós. Em 1614 Diogo Unhate obteve a concessão de uma *Sesmaria* em terras paranaenses, na região de Superagui ao norte da baía (VACHOWICZ, 1967, p. 25). Informação, de certa forma, confirmada pela narrativa de Antonio Vieira dos Santos:

O cronista Antonio Vieira dos Santos, não só considera que a baía de Paranaguá era desde 1554 frequentada, mas afirma que a população de Paranaguá já era significativa desde 1554, uma vez que havia uma população que percorria caminhos de Cananéia, das Vilas de Santos, de São Vicente, do Rio de Janeiro, bem como de outros lugares da costa “brasílica” até Paranaguá. Segundo o cronista, desde 1554, moradores de Santos mantinham certa relação de comércio marítimo com o povo de Paranaguá. Comercializam ferramentas, anzóis e fazendas por algodão que os índios Carijós plantavam e colhiam. De forma que Antonio Vieira dos Santos calculou que juntamente com os índios “domesticados”, habitantes do

entorno das baías, região litorânea do Paraná poder-se-ia contar, então, com seis ou oito mil habitantes.

Os primeiros mineradores e/ou faiscadores por se sentirem mais seguros e temendo o convívio com os índios carijós (em grande número) estabeleceram os primeiros núcleos de povoação na ilha de Cotinga (ilha de Paranaguá), núcleo que teve em Domingos Peneda seu fundador. No decorrer da colonização percebendo que os índios da região eram amistosos, animaram-se a ocupar o continente estabelecendo núcleos de povoamentos as margens do rio Taquaré, hoje Itiberê, local onde está situada a cidade de Paranaguá (VIEIRA DOS SANTOS, 2001).

Nesse aspecto, para o Brasil, que fora colônia de Portugal até o final do século XVIII e que desde 1808 quando aqui aportara a família real, abriu-se para um contingente de “missões civilizatórias” – com a chegada da Missão Francesa em 1816 lentamente o Rio de Janeiro, sede da monarquia – iria adquirir ares imperiais. Configurou-se em momento de organização em que o Brasil desde 1808 abriu-se para as especulações estrangeiras.

Fundamentava-se, o Brasil, social, econômico e politicamente com singularidade e feição que o preparavam para o advento de uma autonomia. Segundo Sergio Buarque de Holanda, autonomia em construção desde 1623 quando a necessidade de enfrentar a avalanche de estrangeiros invasores fez com que Luís Aranha de Vasconcelos atingisse a região das Ilhas [de Marajó] procedendo a uma sondagem cujo levantamento resultou na primeira carta daquele trecho da bacia hidrográfica com cartografia de Antônio Vicente Cochado. E finalmente no ano de 1750¹ assinar-se-ia o tratado de Madri. A partir do Segundo Reinado as florestas foram implacavelmente derrubadas, milhões de africanos foram trazidos como escravos.

Logo Vieira dos Santos, intencionalmente descreve as potencialidades da região, dando a natureza um valor comercial, e como as regiões mais ocupadas eram aquelas que ofertavam mais recursos, tornar públicas as riquezas naturais da região, impulsionava o povoamento e contribuía para que houvesse uma instrumentalização do homem ao explorar a natureza, ou seja, esta ação incentivava o processo civilizatório, pois um dos fatores que levava a exploração do meio físico era a busca pelo bem-estar humano.

A partir de seu discurso é possível conhecer a identidade natural da região, e perceber que o uso da natureza se dá em função do grau de utilidade que o meio ambiente oferece, portanto a região é identificada em razão dos recursos que o homem reconhece, este reconhecimento leva o homem a discriminar o mundo selvagem, de modo que, ao relatá-lo, a paisagem natural torna-se cultural.

Deste modo ao analisar o compêndio escrito por Vieira dos Santos, torna-se possível conhecer o estilo de vida adotado pela sociedade daquele período e qual a relação que se mantinha com a natureza, e examinando os elementos que compõem seu discurso compreender sua visão do mundo.

¹ As animosidades entre Portugal e Espanha que se tem notícias desde o século XVII tem como nó górdio a disputa pela Fortificação da Colônia do Sacramento no estuário Prata em frente a Buenos Aires. Em 1746, Fernando VI subiu ao trono da Espanha, sua esposa Dona Maria de Bragança, filha de Dom João V, teve papel fundamental na aproximação dos dois países. O trabalho de definição dos limites de Fronteiras teve início e

contaram com o brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário particular de Dom João V nos interesses de Portugal e Dom José de Carvajal y Lencastre, presidente do Conselho das Índias nos interesses da Espanha (Capistrano: 1982 173). Nesse caso Portugal renunciou ao controle da Colônia do Sacramento e as terras do Estuário da Prata, antiga ambição dos espanhóis. As sete Missões Jesuíticas, terras e pastagens passaram a fazer parte da soberania portuguesa e para tanto se fazia necessária, duas comissões que trabalhariam na inspeção dos diferentes interesses. Gomes Freire de Andrada, Governador do Rio de Janeiro e das Capitanias do Sul foi encarregado de acompanhar as demarcações do Sul. Francisco Xavier de Mendonça Furtado com o cargo de Governador-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão foi encarregado do 'comissionado' do Norte e da bacia Amazônica (Maxwell; 1996: 52-3).

Referência Bibliográfica:

BIGARELLA, J. J. *Matinhos: Homem e Terra Reminiscências...Matinhos*: ADEA (Museu Ecológico de Matinhos), 1991.

DAVID CARNEIRO; DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ. Vol I, Curitiba, 1994

DOLLFUS, Oliver. *O Espaço Geográfico*. São Paulo: Editora Difel, 1982

DORFMUND, Luiza P. *Geografia e História do Paraná*. São Paulo: Editora do Brasil SA, 1963.

DRUMMOND, José A. *Devastação e preservação ambiental*. Os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

PONTING, C. *Uma História Verde do Mundo*. RJ. Civilização Brasileira, 1995,

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pela comarca de Curitiba*. 2º Ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

VIEIRA DOS SANTOS, A. *Memória Histórica de Paranaguá*. V. I e II. Curitiba: vicentina, 2001.

* FAFIPAR/UNESPAR- História.